



**Assessoria à Implementação de Propostas de
Políticas Públicas de Fomento ao
Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional
nos Territórios do Estado de São Paulo**

**Mapeamento técnico para a região de articuladores
do Vale do Ribeira**

SUMÁRIO EXECUTIVO

Vale do Ribeira, 08 de janeiro de 2021

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Introdução

Este documento refere-se à primeira etapa do projeto conduzido em conjunto pelo **SEBRAE-SP** e a **Fundação Getulio Vargas – FGV** que tem como objetivo promover a discussão e implementação de Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo nos Territórios do Estado de São Paulo. Para a implementação deste projeto o Estado de São Paulo foi dividido em 28 regiões¹, conforme apresentado a seguir, com destaque para a região do Vale do Ribeira, objeto deste documento.

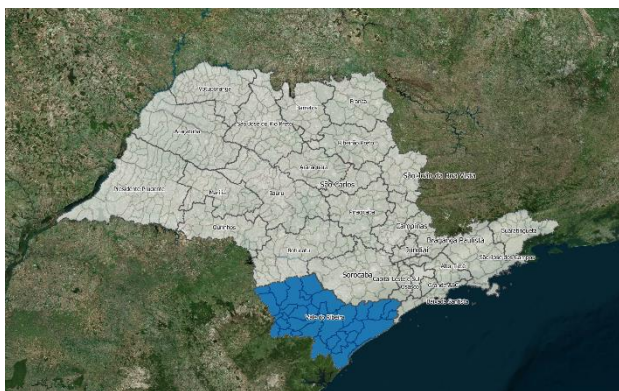


Figura 1: Divisão regional do projeto

Nesta etapa é apresentado o **Mapeamento Técnico da Região do Vale do Ribeira**, o qual objetiva fornecer informações relevantes para construção de agenda de ação conjunta e sugestões de formulação e implementação de

políticas públicas ligadas a sete temas principais:

- ▣ Desenvolvimento Local e Regional;
- ▣ Compras Governamentais e da Agricultura familiar;
- ▣ Agentes de Desenvolvimento;
- ▣ Desburocratização e Melhoria do Ambiente de Negócios;
- ▣ Inovação no Setor Público e Economia Criativa;
- ▣ Legislações de Desburocratização e Fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas; e
- ▣ Associativismo e Cooperativismo.

O diagnóstico conta com a descrição detalhada sobre três dimensões de análise. Cada uma delas se alinha a questões referentes às sete diretrizes acima mencionadas:

- ▣ **Dimensão social:** compreende dados de demografia, educação, saúde, assistência social e índices de desenvolvimento humano;
- ▣ **Dimensão econômica:** contempla dados regionais sobre o Produto Interno Bruto

¹ As Regiões de Articuladores correspondem aos conjuntos de municípios que formam as áreas de atuação

e de aplicação dos Planos de Ação desenvolvidos no âmbito deste Projeto.

(PIB), as vocações econômicas e o setor agropecuário; e

- ▣ **Dimensão institucional:** abrange dados fiscais recentes, o cenário de consórcios intermunicipais e de instrumentos de planejamento, bem como dados sobre inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo e compras governamentais.

As fontes utilizadas consistem, principalmente, das versões mais recentes de bancos de dados públicos como os mantidos por: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério da Economia, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Receita Federal, entre outros. Para tópicos específicos, como inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo e compras governamentais, foram utilizados dados coletados em pesquisa primária realizada conjuntamente pela equipe especializada do SEBRAE-SP e a equipe técnica da FGV junto a uma amostra de municípios do estado de São Paulo.

Assim, a aproximação analítica com a região foi realizada com metodologia coerente com a proposta discutida com o SEBRAE-SP, visando a produzir um diagnóstico regional capaz de direcionar a formação da agenda de políticas e

a formulação do plano de ação que será aplicado posteriormente no decorrer do projeto.

2. A dimensão social

2.1 Características demográficas

A população da região distribuiu-se em 32 municípios dos quais quase a metade (43,7%) possuem de 10.000 a 20.000 habitantes. Itapeva é a única cidade a ultrapassar a marca de 90.000 habitantes, ao abrigar 94.354 pessoas, o que corresponde a cerca de 15,2% do total de indivíduos vivendo na região, respectivamente.

A população total da região equivale a apenas 1,4% do total estadual (45.919.049 moradores). Além disso, seu crescimento populacional em anos recentes (0,11%) foi significativamente inferior ao observado no conjunto do Estado de São Paulo (0,83%) ocupando a última colocação entre as demais regiões paulistas.

Em termos da estrutura etária, verifica-se distribuição diferenciada na comparação região-estado, com predominância entre as crianças e adolescentes de ambos os sexos com até 15 anos de idade, entre os homens acima dos 45 anos e entre as mulheres jovens de 15 a 25 anos. O índice de envelhecimento encontra-se em um nível inferior àquele apresentado pelas demais regiões do estado.



A predominância dos homens em relação as mulheres é uma particularidade da região que apresenta razão de sexos de 100 homens para cada 95 mulheres, a 4ª maior do estado. Complementarmente, a razão de dependência, índice que mede a relação entre o grupo formado por jovens abaixo de 14 anos e idosos acima de 65 anos para cada 100 indivíduos com idades entre 15-64 anos, é a maior do estado.

A respeito da taxa de fecundidade regional, esta se mostra significativamente acima (1,85 filho por mulher ante 1,68 no estado), a 2ª maior dentre todas as 27 regiões paulistas. Distributivamente, a fecundidade atinge ápice entre as mulheres de 20 a 25 anos, padrão relativamente mais jovem do que o estadual.

Por fim, embora a região apresente um perfil mais jovem, a taxa bruta de mortalidade (TBM) é maior em comparação as demais regiões, 7,4 óbitos/1.000 habitantes, cerca de 12,6% superior aos 6,6 óbitos/1.000 habitantes observados no conjunto do estado. O padrão de maior mortalidade na região se repete tanto entre os homens (TBM de 8,4 ante 7,3) quanto entre as mulheres (TBM igual a 6,3 ante 5,9). Analisando-se a mortalidade por grupos etários, nota-se que ela é maior entre os meninos com até 15 anos de idade e entre os homens jovens de 25 a 45 anos de idade. Já entre as mulheres, a mortalidade também é maior entre as meninas

de 5 a 15 anos e entre as mulheres, sobretudo aquelas com idade entre 30 e 40 anos.

Todos esses indicadores ajudam a delinear as principais características demográficas da região do Vale do Ribeira, tarefa diagnóstica essencial e que precede o desenho e a implementação de políticas públicas regionalmente customizadas.

2.2 Características educacionais

A primeira análise consiste no número de matrículas por docente (indicativo de sobrecarga do sistema educacional). A esse respeito, a região apresenta números superiores de matrícula por docente na educação infantil o que não se verifica para as demais etapas do ensino. Pode-se caracterizar a região como um local dependente do ensino público, uma vez que a rede pública concentra, em cada etapa da Educação Básica, não menos do que 90% das matrículas totais. Com relação ao ensino profissional, destaca-se o fato de que a modalidade predominante seja, em termos de matrículas por docente, o curso concomitante ao ensino médio nos eixos temáticos gestão e negócios, construção civil e automação.

Quanto ao IDEB, dados do ano de 2017 mostram que 84,4% dos municípios apresentaram notas abaixo da meta para os

anos finais do ensino fundamental, apesar de alto o percentual é ligeiramente abaixo do apresentado pela média estadual de 85,0% dos municípios. Este padrão também se repete nos anos iniciais do ensino fundamental, entretanto a diferença é maior, com 18,8% dos municípios abaixo da meta na região ante 26,7% no Estado.

Os dados mais recentes do IDEB (2019) demonstram que o percentual de municípios abaixo da meta aumentou tanto para os anos iniciais quanto para os anos finais do ensino fundamental (43,8% ante 18,8% e 87,5% ante 84,4%) e que a situação da região é um pouco melhor do que as demais regiões do estado, sobretudo com relação aos anos iniciais do ensino fundamental. A média do IDEB da região registrou melhora em relação aos anos finais do ensino fundamental (5,2 ante 5,0) e ao ensino médio (4,5 ante 4,0), resultados estes ligeiramente superiores à média estadual.

Por fim, o ensino superior na região é significativamente dependente do setor privado e caracterizado por um número acima da média estadual de matriculados em cursos ligados a agricultura, silvicultura, pesca e veterinária (15% ante 2% no estado) e saúde e bem-estar (27% ante 17%). A região possui 5 instituições de ensino superior (1 pública e 4 privadas), sendo todas elas centros universitários.

2.3 Características da área de saúde

Os 32 municípios da região respondem por cerca de 1,3% (ou 1.181) do total de 86.020 de estabelecimentos de saúde disponíveis no estado. Este percentual encontra-se ligeiramente abaixo da participação da região na população total do Estado (1,4% ou 621.304 habitantes).

Na comparação com o restante do estado, nota-se ênfase na rede ambulatorial de atenção básica, que representa 35,6% dos estabelecimentos de saúde na região. Tal participação, se mostra superior ao índice estadual (33,0%), o que não se repete para os demais estabelecimentos da rede ambulatorial e hospitalar em geral, seja no conjunto de estabelecimentos de média complexidade seja naquele de alta complexidade. Com relação às unidades ambulatoriais de média complexidade vale ainda enfatizar que quase a totalidade das 719 existentes na região – 707 unidades, ou 98,3% delas – se refere a equipamentos das redes municipais de saúde, padrão consonante ao observado no conjunto do estado (99,3%).

Apesar de bem equilibrada quando comparada às demais áreas do estado, a região do Vale do Ribeira se mostra significativamente subequipada quanto à disponibilidade, por 100.000 habitantes, de ventiladores



pulmonares (-67,1%) e leitos de internação em UTI (-34,1%), o que evidencia gargalo importante no enfrentamento da atual pandemia de COVID-19.

As causas mais comuns de internação na região foram gravidez, parto e puerpério; doenças do aparelho digestivo e doenças do aparelho circulatório. Deve-se destacar ainda a participação das doenças de pele e do tecido subcutâneo cuja incidência é cerca de 50% superior às demais regiões do estado. Causas externas como acidentes e violência também merecem destaque tendo em vista que compõem a 6ª colocação entre as causas de internação e também pode estar relacionada ao perfil demográfico da região que apresenta maior concentração de homens em relação a mulheres em comparação a maioria das demais regiões do estado.

O perfil de mortalidade mostra-se diferente do padrão apresentado no perfil de internações com maioria dos óbitos causada por doenças do aparelho circulatório, neoplasmas e doenças do aparelho respiratório, sendo a primeira com maior incidência na região do que no estado e as duas últimas com menor incidência. Óbitos provocados por transtornos mentais e comportamentais também merecem destaque, embora tenham correspondido a apenas 1,6% das mortes, tal incidência mostra-se 70%

superior ao restante do estado. As causas externas aparecem na quarta colocação, com incidência um pouco maior que nas demais regiões. A sobremortalidade entre os homens na faixa etária dos 30 a 34 anos e dos 40 aos 44 anos, pode estar relacionada a esta causalidade.

2.4 Características da Assistência Social

No geral, a região apresenta volume de equipamentos de serviços públicos superior à sua representação populacional, exceto com relação aos centros de referência especializados para população em situação de rua (Centro POP). A região possui 36 CRAS e 8 CREAS respondendo por cerca de 3,2% e 2,7%, respectivamente, do total de equipamentos disponíveis no estado e 225 Centros DIA de Referência para Pessoa com Deficiência. Existem 42 Unidades de Acolhimento, que é um equipamento público responsável pelo acolhimento institucional a indivíduos e famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos.

Entre as 100.061 famílias cadastradas no Cadastro Único (2,4% do total estadual), a região possui um perfil diversificado que abrange principalmente famílias de agricultores

familiares, famílias quilombolas, famílias indígenas e famílias em assentamentos da reforma agrária. Dentre todas essas classificações, a informação que se destaca é que a região do Vale do Ribeira possui 76,8% do total de famílias quilombolas cadastradas no CadÚnico no estado, o que corresponde a 2,1% do total de cadastrados da região. A constatação desse perfil é um importante indicador da configuração das famílias vulneráveis da região e deve estar no mapa de qualquer diagnóstico de intervenção.

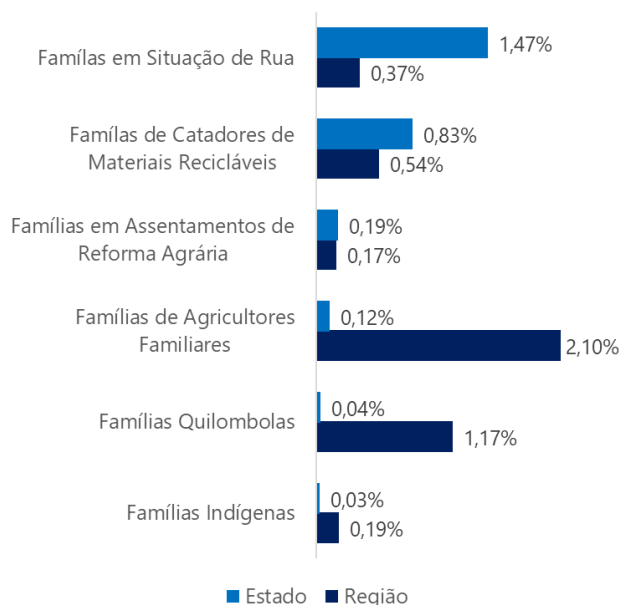


Figura 2: Perfil de famílias cadastradas no CadÚnico em comparação com o perfil estadual

Com relação ao CadÚnico, a região do Vale do Ribeira possui 87,4% a mais de cadastrados

que a média das demais regiões. A situação da extrema pobreza é igualmente crítica, uma vez que o contingente populacional vivendo em tal situação de vulnerabilidade é 94,1% maior na região ante o Estado de São Paulo. A vulnerabilidade social de uma ampla parcela da população representa, portanto, um dos principais problemas a serem enfrentados.

Com relação à transferência de renda, o principal programa pelo qual cidadãos da região recebem auxílio financeiro é o Bolsa Família (22,0% das famílias). A região ocupa o primeiro lugar no ranqueamento das regiões paulistas segundo as maiores parcelas populacionais beneficiárias do auxílio. Isso indica maior vulnerabilidade socioeconômica na região quando comparada às demais regiões paulistas.

Outra modalidade de transferência de renda que ganhou espaço em tempos recentes, devido à pandemia de COVID-19, é o auxílio emergencial. O Vale do Ribeira ocupa a 5ª posição no ranqueamento dos maiores beneficiados pelo programa, uma vez que 9,4% da sua população é recebedora do auxílio emergencial (ante média estadual de 9,0%).

A região apresenta, tanto para o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) quanto para o Índice Paulista de

Responsabilidade Social (IPRS)², níveis mais baixos, para todas as dimensões (educação, longevidade e renda), estando em último lugar no ranking estadual para ambos indicadores. Quanto à classificação dos municípios por grupos de IPRS, existe concentração nos grupos em transição e vulneráveis onde também reside a maioria da população. Ao se comparar com o estado, a população residente em municípios classificados como desiguais é menor, entretanto, a população residente em municípios vulneráveis é significativamente superior (28,7% ante 4,5%).

3. A dimensão econômica

3.1 PIB regional

A análise do PIB revela certa disparidade entre os indicadores regionais com os do Estado e das demais 27 regiões. Ademais, um olhar sobre o PIB intrarregional evidencia que os municípios pertencentes à região do Vale do Ribeira são extremamente diferentes, com certas localidades podendo ser consideradas ricas e outras pobres. Tal discrepância indica que o desempenho econômico relativamente abaixo da média na região como um todo não

pode ser explicado por fatores geográficos, o que demonstra o potencial de crescimento, caso municípios com baixa geração de riqueza tenham atividades que alavanquem sua produtividade.

Com PIB per capita de apenas 54,7% do valor médio do estado, verifica-se que o Vale do Ribeira corresponde a região com menor desenvolvimento econômico do estado.

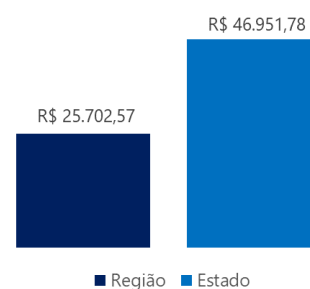


Figura 3: PIB per capita na região do Vale do Ribeira em comparação com a média estadual

A maior diferença na comparação região-estado é observada na representatividade da agropecuária para o PIB regional (+960,0%), demonstrando a vocação da região para esta atividade econômica, que tende a gerar menores valores de PIB *per capita*. Além da vocação para a agropecuária, se observam índices moderados de industrialização (18,2%

² O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) é formado por três indicadores sintéticos setoriais: renda, escolaridade e longevidade; e 5 tipologias para

municípios: dinâmicos, desiguais, equitativos, em transição e vulneráveis social. Maiores detalhes em < <http://www.iprs.seade.gov.br> >

do PIB), embora em patamar ligeiramente inferior àquele observado no restante do estado (21,2%). Dessa forma, há na indústria uma alternativa de agregação de valor para a cadeia produtiva iniciada na agropecuária.

Embora o setor de serviços e comércio sejam responsáveis pela maior parcela do PIB regional (44,2% da produção econômica), sua representatividade é significativamente menor em relação à média estadual (67,1%). Por fim, chama a atenção a representatividade dos serviços públicos para a composição do PIB regional, o que indica a existência de oportunidade para que a iniciativa privada busque uma participação maior no desenvolvimento econômico da região.

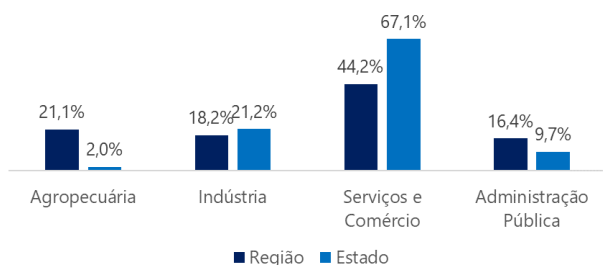


Figura 4: Composição do PIB setorial na região do Vale do Ribeira em comparação com o restante do Estado

3.2 Vínculos empregatícios e rendimentos

Na análise dos vínculos formais por porte de empresa verifica-se que o Vale do Ribeira

possui presença equilibrada de micro e pequenas empresas quando comparada ao restante do estado, entretanto, as MPE's possuem maior participação no total de vínculos formais, estando na primeira colocação com 58,5% dos vínculos formais de emprego. A presença de grandes empresas na região é ligeiramente superior ao restante do estado (12,5% ante 11,4%), mas sua participação no total de vínculos é significativamente menor.

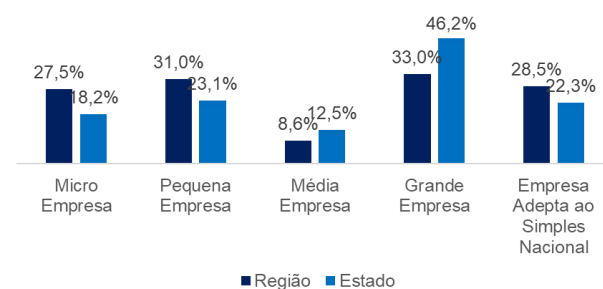


Figura 5: Participação de vínculos formais por porte de empresa na região do Vale do Ribeira em comparação com o restante do Estado

Por se tratar de uma região com menor desenvolvimento econômico, o rendimento médio dos trabalhadores é inferior àquele observado no restante do estado independentemente do porte da empresa. Quando analisados de forma agregada, os dados de renda revelam que os trabalhadores recebem o equivalente a 59,7% da média estadual. A região do Vale do Ribeira comparativamente as demais regiões é a que

apresenta menor rendimento médio entre os trabalhadores, o que é condizente com os resultados verificados para o PIB *per capita* na região (menor do estado).

3.3 Formalidade e informalidade dos vínculos empregatícios

No que tange à informalidade, apesar da ausência de informações detalhadas em nível municipal, é possível estimar que o número de pessoas atuando informalmente está em nível intermediário, quando comparado às demais regiões do Estado. Para cada 1.000 habitantes entre 15 e 65 anos há 259 vínculos formais (última colocação do ranking), o que pode indicar maior informalidade frente as demais regiões. Por outro lado, apresenta uma situação melhor com relação ao número total de MEI's para cada 1000 habitantes, localizada na 19ª colocação no ranking regional. Embora não seja possível determinar com precisão o nível de informalidade na região, é possível constatar que há espaço para avanços tanto com relação a geração de vínculos formais de emprego quanto a formalização da atividade empreendedora.

Um aspecto importante no processo de formalização da economia e de acesso do trabalhador no sistema de seguridade social se refere aos microempreendedores individuais

(MEIs). Para analisar a importância dos MEIs nas diferentes regiões do estado foi aferido o número total de registros ativos por região. Os resultados são apresentados de forma relativa à população em idade economicamente ativa (15 a 65 anos). A região apresenta 84 MEIs registrados para cada 1.000 habitantes entre 15 e 65 anos e se situa em nível relativamente mais baixo (19ª colocação) quando comparada as demais 27 regiões. Este indicador variou entre 78 para na região de Barretos até 100 na região do município de São Paulo (Capital Leste e Capital Sul).

A análise dos setores produtivos com base no número de vínculos formais por atividade produtiva, confirma que há vocação para o setor agropecuário. Nesse contexto, a atividade de maior destaque comparativo é a produção florestal, pesca e aquicultura (+6.300,0%), responsável por 6,4% do total de vínculos formais na região, mas por apenas 0,1% no conjunto do Estado de São Paulo. Padrão semelhante, embora de menor intensidade, se dá entre as MPE's, onde a atividade tem peso maior nos vínculos empregatícios formais na região (3,2%) do que no estado (0,1%). Também relevante é a fabricação de produtos de madeira, cuja participação nos vínculos formais é de 3,1% na região e 0,2% no estado.

3.4 Atividades econômicas



A região apresenta grande participação da agricultura familiar entre os estabelecimentos agrícolas (66,5%), que em sua maioria (60,5%) aderem ao programa de incentivo à agricultura familiar do governo federal (Pronaf). Entre os 15.216 estabelecimentos agrícolas registrados nos 32 municípios do Vale do Ribeira, 4.491 (32,5%) aderiram ao Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), número ligeiramente inferior ao restante do estado (33,8%).

A análise do tipo de produção predominante na região oferece indícios sobre sua vocação agrária e pode ser importante para a elaboração de políticas públicas de incentivo. As atividades que mais se destacam são a pecuária e criação de outros animais (28,9%), esta com representatividade inferior ao estado; a produção de lavouras permanentes (27,3%) e a produção de lavouras temporárias (19,2%), estas últimas com participação superior ao restante do estado.

Além da agricultura e da produção florestal, algumas atividades industriais também se destacam entre as principais atividades econômicas, como a extração de carvão mineral, a extração de minério de ferro, a fabricação de produtos de madeira e a fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos sendo que também possuem participação

expressiva entre as MPE's. Outras atividades que também possuem representatividade acima da média estadual entre as MPE's é a produção de energia elétrica e gás natural.

Nota-se, portanto, que além das atividades agropecuárias, a indústria extrativa também desempenha papel importante dentre as atividades econômicas da região, mas cuja participação no total de vínculos empregatícios é menor em comparação as atividades agropecuárias.

3.5 Associativismo e assessoria técnica para estabelecimentos

Com relação ao associativismo, dentre os estabelecimentos agrícolas apenas 20,2% aderem a algum tipo de associação, em especial as cooperativas (58,7% dos estabelecimentos associados) e os movimentos de produtores (23,7%). Apesar de grande participação na atividade econômica da região, a associação entre os estabelecimentos desse tipo ainda se encontra em patamar inferior as demais regiões do estado o que coloca a região na 24ª posição no ranqueamento estadual.

Quanto à assistência técnica, 25,5% dos estabelecimentos agrícolas têm acesso a algum tipo de apoio às suas atividades. Destacam-se entre os provedores, a assessoria própria

(38,7% do total) e as oferecidas pelo Governo (30,6%). É importante ressaltar, ainda, a baixa participação da assessoria proveniente das cooperativas, (16,5%) bem como do Sistema S (0,1%), o que pode significar uma desvantagem aos produtores, sobretudo da agricultura familiar com menores possibilidade de acesso a uma assessoria privada.

3.6 Emprego e níveis de ocupação

Sobre a análise do nível de emprego no contexto pandêmico a situação no Estado de São Paulo é a seguinte: (i) aumento da taxa de desocupação, (ii) estabilidade na taxa de participação na força de trabalho (total de pessoas com 14 anos ou mais ocupadas ou desocupadas), (iii) redução no mês de julho de pessoas ocupadas afastadas do trabalho por conta do isolamento social, (iv) redução no mês de julho de pessoas ocupadas em trabalho remoto, (v) aumento do percentual de pessoas não ocupadas e que não estão procurando trabalho por causa da pandemia, (vi) redução da Taxa de Informalidade e (vii) impactos negativos no nível do rendimento efetivo das pessoas ocupadas.

Na região do Vale do Ribeira, os dados para o período de janeiro a julho de 2020 revelam que houve perda de 3.170 vagas formais na região. Vale ressaltar que o momento de maior

supressão de empregos no ano se deu em abril (-1.858). Até julho de 2020 a região ainda não havia apresentado recuperação positiva.

Estruturalmente, tem-se que as médias e grandes empresas foram mais afetadas (-18,9%), proporção significativamente superior à média estadual (-2,9%), enquanto o nível de empregos se viu menos impactado nas MPE's (-7,5%) diferentemente do que ocorreu em âmbito estadual (-10,7%). O maior impacto da crise na economia regional apresenta um padrão diferenciado o que pode ser explicado em parte pelas principais atividades desenvolvidas pelas médias e grandes empresas, menos relacionadas com a produção de insumos básicos.

4. Dimensão Institucional

4.1 Gestão fiscal

A receita *per capita* do Vale do Ribeira localiza-se na 16ª posição dentre as regiões de articuladores analisadas, em nível 12,3% abaixo da média estadual (R\$ 3.430,27 ante R\$ 3.910,65) e com grande heterogeneidade entre os 32 municípios. Por sua vez uma característica comum às cidades da região é a dependência de receitas obtidas por meio de transferências, com maior participação no total do que as receitas próprias. A esse respeito, o

conjunto das 32 cidades apresenta participação 68,3% menor das receitas próprias do que a média do Estado de São Paulo.

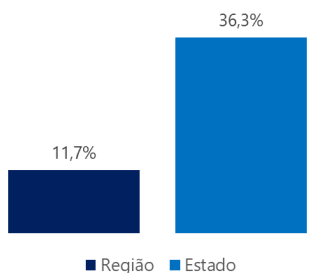


Figura 6: Participação Da Receita Própria

Cabe ressaltar que, ao discutir a composição das transferências na região, observa-se que, para o ano de 2018, o percentual de transferências federais foi maior do que o percentual de transferências estaduais. Esse padrão é diferente do restante do Estado de São Paulo, em que as transferências estaduais possuem um maior peso nas transferências recebidas pelos municípios.

Do ponto de vista das despesas a região do Vale do Ribeira tem um valor de gastos *per capita* (R\$ 2.736,93) 17,5% inferior ao restante do estado de São Paulo (R\$ 3.317,68), algo condizente às menores receitas por habitante da região. Em comparação às demais regiões, as despesas per capita se situam em patamar um pouco mais baixo (16ª posição). Na análise do perfil de gastos, percebe-se maiores gastos

em educação, saúde, assistência Social e agricultura do que o conjunto paulista. A região também possui um maior percentual de gasto com pessoal como proporção da receita corrente líquida (RCL) que a totalidade do estado. Isso exerce impacto direto na classificação dos municípios segundo o respeito aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Vale destacar, que 30 dentre os 32 municípios estão em conformidade à LRF, enquanto 1 se encontra acima do limite prudencial (54% da RCL destinadas a gastos com pessoal) e 1 não disponibilizou informações comparáveis, o que impede a sua classificação.

Os indicadores de capacidade de pagamento (CAPAG) municipais mostram que a região possui proporções de municípios com nota CAPAG nos níveis A (12,5%) e B (34,4%) superiores às demais áreas do estado (9,9% e 20,2%, respectivamente). Entretanto, as notas de poupança corrente e liquidez indicam um possível gargalo para uma melhor saúde fiscal dos municípios da região.

4.2 Instrumentos de planejamento setorial

Existe enorme discrepância na sua implementação, pois a regra é que políticas cuja indução federativa ou exigência legal a torne mandatória tende a gerar maior implementação

desses instrumentos. Esta é a situação de áreas como saúde (exigência do SUS), educação (exigência do Plano Nacional de Educação) e assistência social (exigência do SUAS). Por outro lado, políticas cujo planejamento é mais dependente da vontade política no âmbito da autonomia municipal tendem a ser bem menos planejadas, como ocorre em áreas como políticas para mulheres e segurança alimentar. Em nível intermediário encontram-se setores como resíduos sólidos e habitação que ou possuem legislações federais mais recentes (caso do Plano Nacional de Resíduos Sólidos cuja prorrogação para sua implantação nas cidades foi estendida) ou estão sujeitas a menores incentivos federais (caso do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social).

4.3 Instrumentos de planejamento territorial: consórcios intermunicipais

O consorciamento pode ser explicado por razões similares: áreas com esquemas mais propensos à colaboração federativa se destacam no associativismo territorial, como é o caso da saúde. Vale ressaltar que esse padrão é observado em âmbito estadual e também na região do Vale do Ribeira. O mesmo raciocínio por trás dos consórcios em saúde, existiria na área de manejo de resíduos sólidos. Assim sendo, deve-se investigar por que para

resíduos sólidos o número de consórcios é mais reduzido, uma vez que o Plano Nacional de Resíduos Sólidos determina que cidades que desejem receber transferências voluntárias da União devem estar consorciadas.

Políticas cujas regras federativas são menos favoráveis a esse tipo de arranjo apresentam números menos promissores. Ponto de destaque na região do Vale do Ribeira é o elevado percentual de cidades consorciadas nas áreas de desenvolvimento urbano (56%), saúde (63%) assistência e desenvolvimento social (13%). Em todas as temáticas a taxa estadual supera a regional, exceto na área da educação, turismo e habitação.

Cerca de 32% dos municípios da região participam de ao menos 1 consórcio, de forma que ela é classificada na 7ª posição com taxas mais elevadas nesse quesito. Nessas circunstâncias, a região do Vale do Ribeira possui, de forma geral, uma propensão maior ao consorciamento, ao menos para o agregado das áreas de políticas públicas analisadas. Um indicador desse tipo pode servir de referência para a atuação do SEBRAE-SP visando identificar quais estímulos estão por trás do interesse do consorciamento de forma a buscar expandi-lo.



4.4 Instrumentos de gestão de fomento ao empreendedorismo

No caso da Lei Geral, ressaltando-se a defasagem dos dados (atualizados em 2014), há maior adesão na região do Vale do Ribeira ante o conjunto do Estado de São Paulo (+35,8%). O mesmo ocorre a respeito da Via Rápida Empresa (+21,7%%). Entretanto, em relação aos demais instrumentos de gestão a região deixa a desejar com menor presença do conjunto de Sala do Empreendedor e SEBRAE Aqui bem como da implantação de Políticas de Desenvolvimento. O mapa regional dos instrumentos implementados é importante para que o SEBRAE-SP oriente suas ações de assessoria técnica na região visando a melhorar sua performance, pois as médias estaduais parecem indicar que há espaços para tanto.

Em relação à performance comparada da região em relação às demais 27 do restante do estado, os dados revelam que o Vale do Ribeira se encontra em patamar mais elevado com relação a (i) implementação do programa Via Empresa Rápida (4ª) e na (ii) implementação da Lei Geral (10ª). Por outro lado, se encontra em patamar inferior nos seguintes instrumentos de gestão local: (ii) Sala do Empreendedor (16ª) e (iii) presença do SEBRAE Aqui (20ª). Esses tópicos podem orientar as ações de suporte

técnico do SEBRAE-SP. Tais considerações são ainda mais importantes para que os articuladores disponham de uma leitura alinhada com a realidade de suas regiões de atuação.

Nos demais instrumentos de gestão local, a situação da região é a que segue. No uso do poder de compras a região encontra-se em situação mais favorável no nível avançado do que o restante do estado, por outro lado, com relação a desburocratização e a presença dos agentes de desenvolvimento encontra-se em nível menos avançado. Na Rede Simples, a região ocupa uma posição melhor no nível intermediário em relação à média estadual e mais atrasada no nível básico.

4.5 Políticas de apoio ao associativismo e cooperativismo

A pesquisa realizada com gestores públicos municipais sobre o tema de associativismo e cooperativismo mostra um universo diversificado, mas ao mesmo tempo potencialmente rico de possibilidades de atuação para o SEBRAE-SP. A localização da área na estrutura administrativa municipal não é homogênea, pois secretarias ou diretorias são duas formas organizacionais usuais. Há uma predominância de homens brancos na gestão das unidades responsáveis, o que está em linha



com outras pesquisas que mostram a baixa presença de mulheres e da população negra em cargos de chefia na gestão pública brasileira e municipal. O perfil etário mais representativo, embora não majoritário, é o de 35 a 45 anos e administração é a principal área de formação acadêmica dos gestores. A maioria dos profissionais que respondem pelas políticas relacionadas ao associativismo e ao cooperativismo não tem experiência empreendedora, possui, porém, empreendedores nas suas famílias.

Constata-se que 70,5% possuem serviço de inspeção municipal, havendo, portanto, oportunidade para que o SEBRAE-SP atue junto aos demais municípios de forma a que também eles atendam ao disposto na legislação nacional. Outra informação importante diz respeito à presença significativa de cooperativas, associações e grupos informais de trabalhadores, como é usual nos setores de coleta e separação de resíduos sólidos e da pequena produção rural. Assim, mostra-se relevante que o SEBRAE-SP contribua na capacitação das prefeituras para que sigam atuando e ampliando suas iniciativas de atendimento a esses públicos como alternativa de geração de emprego e renda. Ademais, dada a presença expressiva desses grupos, há espaço para que o SEBRAE-SP atue junto às

prefeituras no desenho e implementação de ações de formalização e de estruturação das organizações por meio da inserção dos atores como microempreendedores individuais (MEIs) ou trabalhadores autônomos, dentre outras possibilidades.

Em relação às preferências das prefeituras quanto ao perfil dos grupos com os quais desenvolver iniciativa de coleta e separação de resíduos sólidos e apoio a produtores rurais, constata-se que grupos informais sem CNPJ, cooperativas e associações são todas relevantes. Desse modo, a partir do tipo de apoio que o SEBRAE-SP pode ofertar às cidades, a pesquisa mostra que considerar esses três perfis de entidades seria importante.

Por fim, a implementação de feiras é uma alternativa amplamente utilizada nas cidades, ainda que exista a possibilidade de sua expansão uma vez que 25% das prefeituras não organizam feiras municipais. Para tanto, deveria ser identificado o perfil desse município, sobretudo seu porte populacional e economia local, para a avaliação da viabilidade de incentivos nessa direção. Essa é, portanto, mais uma área de atuação que se abre ao SEBRAE-SP na sua relação de apoio técnico às prefeituras.

4.6 Compras governamentais

Quanto aos resultados da pesquisa primária relativa às compras governamentais, o perfil de respondentes foi composto majoritariamente por diretores e secretários municipais, com perfil etário jovem, e com alta escolaridade. Dentre os gestores, 38,2% autodeclararam-se empreendedores e 67,7% afirmaram ter empreendedores na família, o que mostra como esta característica está correlacionada com a gestão municipal.

Quase a totalidade dos municípios (97,7%) faz uso do site da prefeitura para dar publicidade à gestão das compras, e menos de 30% utilizam portais de pregão (públicos ou não). Cerca de 1/3 afirmou que utiliza controle manual para gestão dos contratos de compras públicas, e 13,6% das cidades afirmaram que não possuem planejamento anual de compras. Esses últimos indicadores mostram que existe espaço para modernização e melhoria das práticas de gestão nas compras municipais.

Em 86,4% das cidades existe algum tipo de planejamento anual de compras e há alta frequência a cursos de atualização e de capacitação no Tribunal de Contas do Estado. Há um grande volume de programas de incentivo à agricultura familiar, enquanto o cadastro de empreendedores ainda é incipiente. Finalmente, temos uma análise sobre a composição da merenda das crianças.

A maior parte das cidades tem presença de produtores familiares locais (85,4%). Além disso, a maior parte delas contém frutas (89,2%) e vegetais (89,9%) e uma presença relevante de outros produtos regionais.

Analisando-se os dados secundários detalhados para a região do Vale do Ribeira, há indicativo de maior uso do pregão em comparação ao estado. A dispensa da licitação, apesar de ligeiramente menor que as demais regiões, aponta espaço para evolução no processo de compras. Quando observados os dados de compras de alimentos relacionados à educação é possível constatar o alto índice de uso do pregão eletrônico, o que é positivo, no entanto as compras realizadas por dispensa de licitação encontram-se em nível superior à média estadual. Por fim, é possível observar aproveitamento superior de convênios tanto com a esfera federal quanto com a esfera estadual para aquisição de alimentos.

4.7 Inclusão produtiva

A pesquisa primária de inclusão produtiva mostrou um universo de respondentes diversificado, cujo perfil gerencial é similar às demais áreas investigadas. A característica dominante das ações municipais: capacitação técnica e profissional, geração de trabalho, suporte para que produtos sejam escoados no



mercado e acesso ao crédito. Esta realidade indica um roteiro de possibilidades de atuação do SEBRAE-SP sobre como e quais temas podem ser orientadores de suas políticas de assessoria e capacitação dos gestores municipais.

Quanto aos temas dos cursos de capacitação ofertados, estão predominantemente em três frentes: confecção, beleza e padaria e confeitaria, sendo os dois primeiros no setor de serviços. O segundo bloco de atividades se concentra em informática e construção civil. O último grupo de iniciativas engloba gastronomia e assistência técnica e consertos. Apenas baseado nesses dados descritivos não é possível gerar-se inferências, contudo pode-se sugerir pistas para a atuação do SEBRAE-SP. A primeira diz respeito a saber se os cursos são organizados pelo lado da oferta (habilidades existentes nos governos locais) ou pelo lado da demanda (são temas requeridos pela população). Ademais, excluída construção civil, a ampla maioria das ações são voltadas para o setor de serviços.

Com relação às entidades que ofertam atividades de capacitação, a prefeitura é o órgão amplamente dominante, seguido do Sistema S como parceiro. Em terceiro lugar, o papel menos proeminente do governo estadual por meio da atuação do Centro Paula Souza. Os

sindicatos vêm em quarto lugar e, por fim, a ação mais reduzida de ONGs.

Sobre o suporte financeiro para a realização das capacitações, bem como para apoiar a presença de alunos, o maior provedor são as prefeituras e suas secretarias municipais responsáveis por essas políticas públicas. Sindicatos, ONGs, empresas e recursos federais por meio do ACESSUAS são secundários nesse processo. Em termos mais específicos, lanches são despesas mais custeadas do que o transporte para estimular a frequência de alunos nos cursos.

Particularmente sobre o ACESSUAS, a cooperação federativa – por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – não é uma alternativa que esteja inserida na gestão da grande maioria dos municípios paulistas. Resta saber se a causa é um problema dos incentivos do SUAS ou de um programa que não atende as necessidades dos municípios.

O número médio de alunos atendidos mostra que, 44% das cidades, na média, atendem de 11 a 30 pessoas por mês, o que representa parcela muito reduzida do público alvo potencial, quando considerado esse indicador bastante simples. Por outro lado, destaque para 14,8% das cidades que atendem mais de 100 pessoas. Esta é outra área que merece atenção



do SEBRAE-SP para que se identifiquem as possibilidades de apoio às prefeituras, visando a ampliar a quantidade de alunos atendidos.

No tocante às ações de inclusão produtiva na região do Vale do Ribeira, a maioria das cidades não dispõe de diagnósticos ou estudos sobre desafios dessa área. É significativo o número de cidades com ações de inclusão, sobretudo na geração de trabalho e renda, porém, há ainda um contingente não desprezível de cidades nas quais essas ações não figuram como políticas públicas.

No campo das ações de inclusão produtiva rural, 72% dos municípios desenvolvem algum tipo de ação, em sua maioria ações de assistência técnica e extensão rural, fomento a atividades produtivas, aquisição de alimentos pelos programas PAA e PNAE, apoio logístico, fomento de empreendimentos coletivos e assistência técnica-gerencial.

As iniciativas de qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra são desenvolvidas pela maioria dos municípios (78% das cidades), entretanto, 16% das cidades não possuem iniciativas nessa área. Com relação a inclusão produtiva, apenas 38% dos municípios desenvolvem ações nessa área em que predominam o fomento a empreendimentos coletivos urbanos e ao

artesanato. Alguns municípios da região também contam com ações de assistência técnico-gerencial e incubação de empreendimentos.

No contexto das ações de crédito e microcrédito, a metade das cidades da região desenvolve esse tipo de ação. Destaque para o fato de quase todas as cidades com atuação nessa área disporem de instrumentos como Banco do Povo. Por outro lado, é muito menos usual a existência de ações de microcrédito produtivo, sendo essa uma realidade que, na região, está abaixo da média do estado.

Por fim, as ações de geração de trabalho e renda estão presentes na maioria dos municípios na região (66%), mas 34% não possui iniciativas nesse campo. O foco das ações está no apoio à comercialização de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários.

Em resumo, as ações de inclusão produtiva, seja considerando a opinião média dos municípios paulistas, seja baseado em dados secundários da região do Vale do Ribeira, mostram que se trata de uma política pública amplamente utilizada, ainda que existam diferenças entre as ações. Por outro lado, não é pequeno o número de cidades que não possuem iniciativas nesse campo, o que indica

espaço para a atuação do SEBRAE-SP no sentido de qualificar a oferta dessas políticas em nível municipal.

5. Considerações finais

Considerando a análise realizada, vê-se que o leque de oportunidades para a melhora no ambiente econômico, social e institucional na região do Vale do Ribeira é bastante expressivo. Nesse sentido, esse capítulo final elenca as questões mais importantes que podem embasar políticas públicas regionais e a atuação do SEBRAE-SP. Para facilitar a leitura, as questões são apresentadas em forma de tópicos.

1. Inicialmente, há que se ressaltar que todas as análises apresentadas ao longo deste relatório tomam por base uma região que contempla uma quantidade significativa de municípios, mas menos expressiva quanto à participação de sua população no total paulista (621.304 habitantes, ou 1,4% do total). Distributivamente, a população se encontra concentrada em seus três maiores municípios – Itapeva, Registro e Itararé – onde vivem 32,3% dos moradores da região.
2. Importância de considerar-se a alta participação de pequenos municípios na região (78,1% até 20 mil habitantes), o que

possui implicação no tipo de política pública e de assessoria técnica. Nesse caso, o consorciamento e outras modalidades de associativismo podem ser ampliadas e qualificadas de forma a que se possa gerar economias de escala.

3. População com um nível de envelhecimento abaixo da média estadual (-8,7%) e taxa de fecundidade superior (+10,0%) são indicativo de que o processo de transição demográfica, caracterizado pela substituição de níveis altos de fecundidade e mortalidade por níveis mais baixos, ainda está em um estágio mais atrasado na região. Tais características afetam a dinâmica econômica e o perfil do gasto público regional com maiores gastos em educação e assistência social.
4. Em termos da estrutura etária, a razão de dependência calculadas para a região do Vale do Ribeira é superior ao restante do estado. Assim sendo, verifica-se sub-representação regional entre as mulheres (acima dos 25 anos de idade) e sobrerrepresentação entre os grupos mais velhos de homens acima de 45 anos e entre as crianças de até 10 anos de idade de ambos os sexos. Tal característica não é irrelevante porque enquanto os idosos não mais voltarão a ser considerados membros

do grupo em idade ativa, os jovens passarão a sê-lo tão logo alcancem os 15 anos de idade e, com isso, sejam considerados, para fins estatísticos, aptos a integrar a força de trabalho.

5. Educação básica majoritariamente pública, mas com sobrecarga de docentes na educação infantil, em relação as demais etapas do ensino, a região apresenta concentração menor de alunos que a média estadual.
6. Um tema que merece destaque é a educação técnica, visando a avaliar sua adequação às vocações econômicas regionais. Vale ressaltar que, atualmente, existe oferta de cursos técnicos federais na região em 3 dos 22 eixos temáticos, sendo eles gestão e negócios, civil e automação. Ao considerarmos as principais vocações econômicas da região – agropecuária e indústria extrativista – é possível avaliar que os cursos disponibilizados não estão em total consonância com as vocações econômicas, o que enseja a necessidade de ofertar cursos de outros eixos temáticos, sobretudo no eixo temático agrícola, com vistas ao desenvolvimento da atividade econômica e ao aumento da produtividade regional.
7. Qualidade do ensino é um tema relevante, tanto as notas de 2017 quanto as notas mais recentes do IDEB de 2019 demonstram que a região se equipara a média estadual em todas as etapas do ensino. Embora a participação dos municípios com notas do IDEB abaixo da meta local tenham aumentado entre 2017 e 2019, ainda assim a região apresenta resultado parecido ou superior ao restante do estado. A região apresenta maior disposição ao consorciamento nesta área e sua ampliação pode ser uma saída oportuna, visando a realizar a capacitação de professores e demais trabalhadores da educação, a exemplo do que ocorre com a experiência da Câmara Técnica de Educação do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP).
8. O ensino superior na região é significativamente dependente do setor privado e caracterizado por um número acima da média estadual de matriculados em cursos ligados a agricultura, silvicultura, pesca e veterinária (+650,0%) e saúde e bem-estar (+58,8%). É importante que se implementem políticas que aproveitem esse capital humano qualificado como indutor do desenvolvimento econômico regional

principalmente com relação aos cursos voltados à agropecuária.

9. Estrutura ambulatorial equiparada às demais regiões do estado, com destaque para a rede ambulatorial de atenção básica (+7,8%). Entretanto, a região se mostra subequipada na disponibilidade de respiradores e leitos de internação hospitalar em UTI, o que evidencia gargalo importante no enfrentamento da atual pandemia de COVID-19. A saúde pública parece ser uma área com desafios importantes, ainda mais considerando que a demanda deverá crescer no cenário pós-pandemia. O consorciamento se destaca como resposta essencial a ser construída ou aprofundada no enfrentamento dessa questão.
10. Os maiores descompassos região-estado nos indicadores de internação e mortalidade ocorrem para dois grupos de enfermidades. Por um lado, gravidez, parto e puerpério, a despeito de terem maior incidência de internações na região (+20,0%), responderam por apenas 3 mortes no período, o que pode sugerir êxito regional no acompanhamento pré-natal das pacientes. Por outro lado, mortalidade decorrente de acidentes e violência são maiores na região (+10,0%) em

comparação ao estado, o que poderia ser parcialmente explicado pelo perfil de sobremortalidade apresentado para a população masculina nas faixas etárias dos 30 e 40 anos, comparativamente ao estado.

11. Vulnerabilidade social significativamente mais alto em termos de população vivendo em extrema pobreza em comparação as demais regiões do estado, o que reflete um IDHM inferior à média estadual. O PIB per capita também encontra-se em patamar muito inferior à média estadual.
12. Há concentração de municípios nos grupos classificados pelo IPRS como em transição e vulneráveis, e a população em sua maioria, reside nessas mesmas localidades. Em contrapartida, ao se comparar com o estado, a população residente em municípios classificados como desiguais é menor.
13. Assistência social se encontra melhor posicionada no quesito oferta de equipamentos públicos em comparação ao percentual de participação regional na população total do estado. A partir da análise da extrema pobreza na região, tem-se que a vulnerabilidade social é a maior do estado. A penetração do programa Bolsa Família é significativamente superior e do

auxílio emergencial ligeiramente superior, quando os percentuais de beneficiários da região são comparados aos das demais áreas do Estado de São Paulo. Neste cenário as políticas de inclusão produtiva merecem destaque.

14. Existe disparidade econômica regional, o que indica que programas redistributivos visando equalizar essas diferenças podem ser políticas públicas importantes, bem como avaliar como esse tema transversal pode ser inserido nos consórcios intermunicipais ou mesmo orientar ações coordenadas pelo SEBRAE-SP. Essa pode ser uma rota para fortalecer o desenvolvimento regional.

15. Economia regional com presença considerável das atividades de comércio e serviços (44,2%). Entretanto, tal participação se mostra comparativamente inferior (-34,1%) àquela evidenciada pela média do conjunto do Estado de São Paulo. Por outro lado, está em situação de superioridade ante a média paulista nos setores de agropecuária (+955%) e da administração pública (+61,8%) e ligeiramente inferior mas ainda assim com uma participação importante da indústria (-69,0%). A compatibilização das vocações agrária e industrial, evidenciadas pela

comparação região-estado, revela possíveis caminhos para orientar os benefícios de planos territoriais de desenvolvimento e potencializar e diversificar esses setores. Essa pode ser uma rota para fortalecer o desenvolvimento regional.

16. No campo do desenvolvimento econômico, ainda que a região seja vocacionada ao setor agropecuário, com sobrerrepresentação regional especial entre a plantação de lavouras temporárias e permanentes, também existem atividades economicamente importantes em outras áreas. Destaque para a indústria extrativista e moveleira, regionalmente sobrerrepresentadas tanto no agregado da economia quanto entre as MPE's.

17. Participação maior de MEIs do que a média estadual nos setores agropecuário e industrial, mas proporcionalmente menor em serviços e comércio. Ações visando a qualificar a gestão dessas empresas e de capacitação de mão-de-obra podem ser particularmente importantes, sobretudo considerando os números médios de capacitados captados pela pesquisa primária que indicam existir amplo espaço para incremento da oferta de cursos e atividades de educação profissional.

18. Informalidade em nível mais alto na região comparativamente ao restante do Estado com potencial de redução tanto através da geração de vínculos formais de emprego quanto na formalização da atividade empreendedora.
19. Região caracterizada por baixo associativismo entre produtores rurais (4ª menor taxa do estado). O patamar de 20,2% de associativismo mostra existir caminho aberto para incentivar esse tipo de cooperação entre agentes econômicos seja pelo SEBRAE-SP seja pelos governos locais. De forma mais específica, sobretudo a agricultura familiar mostra o potencial para o apoio técnico a esses produtores.
20. Cooperativas com menor atuação comparada entre os provedores de assistência técnica agropecuária. Sistema S com atuação em nível ainda mais baixo como provedor mostra um espaço de crescimento dessas atividades junto aos produtores. O papel dos Agentes de Desenvolvimento assume relevância nesse contexto como elo entre as cidades e o SEBRAE-SP, ao menos para diagnosticar demandas de apoio técnico.
21. A moderada penetração da assessoria técnica (25,5% dos estabelecimentos agrícolas) é ainda mais desafiadora para a agricultura familiar, a qual apresenta menores possibilidades de acesso à assessoria privada, justamente a principal fonte provedora de apoio técnico às atividades agrícolas observadas na região (38,7%). Entretanto, a região também apresenta presença comparativamente maior de assessoria proveniente do Governo.
22. Pandemia afetou o nível de emprego, sobretudo das médias e grandes empresas, o que difere do padrão apresentado pelas demais regiões do estado. De maneira geral, o Vale do Ribeira foi mais afetado do que o restante do Estado de São Paulo, o que pode ser explicado pela especificidade das atividades econômicas desenvolvidas na região. Esta pode ser uma questão importante para orientar as políticas de suporte municipal e do SEBRAE-SP.
23. Gestão fiscal muito dependente de transferências intergovernamentais e com predominância de receitas advindas dos governos federal, ao contrário do restante do Estado de São Paulo, o qual depende mais das receitas estaduais. Devem ser identificadas as possibilidades de modernizar a gestão fiscal dos municípios (atualização do valor dos imóveis para a

cobrança do IPTU ou a informatização dos cadastros para a cobrança desse tributo e do ISS, por exemplo). Esta é uma área com grande potencial de inovação no setor público municipal.

24. Melhorar a gestão das despesas com pessoal é um tema que surge em função de a região gastar mais do que a média estadual (+11,7%), o que exerce pressão direta sobre a conformidade dos municípios aos limites impostos pela lei de responsabilidade fiscal. Modernizar as práticas de gestão de recursos humanos é uma oportunidade de inovação na gestão pública municipal e pode ser incentivada pelo intercâmbio de experiências regionais em arranjos consorciados.

25. Planejamento de políticas é heterogêneo e onde mais existem são nas áreas em que há indução ou legislação federal. Nas demais áreas que dependem da iniciativa local os números são bem mais modestos. Nesse campo existe um amplo espaço de inovação na gestão pública municipal que pode ser realizado por capacitações e assessorias ofertadas pelo SEBRAE-SP.

26. Na mesma linha segue a importância da inovação na gestão pública municipal, visando a incentivar a melhoria do ambiente

de negócio (legislações de desburocratização e fortalecimento das MPE's). A análise realizada mostra que essas políticas públicas possuem um espaço muito significativo para serem expandidas.

27. De forma geral, a inovação na gestão pública municipal surge como um campo profícuo de oportunidades (planejamento municipal, informatização da gestão fiscal e de compras, qualificar a gestão de pessoal, incentivo aos consórcios, dentre outras possibilidades) que podem reforçar uma atuação mais sistemática do SEBRAE-SP). Estas são áreas com grande potencial de inovação no setor público municipal.

28. O consorciamento intermunicipal obedece a uma lógica similar e igualmente é influenciado pela legislação federal. A taxa regional supera a estadual apenas nas áreas de desenvolvimento urbano, saúde, assistência e desenvolvimento social e educação. Ainda assim, reforça-se a importância do SEBRAE-SP na oferta de apoio técnico para a instalação de consórcios e para capacitar as prefeituras para que sigam atuando e ampliem suas iniciativas como alternativa de geração de emprego e renda e de melhoria na oferta de seus serviços.

29. A presença expressiva de associações, cooperativas e grupos informais também indica a existência de espaço para que o SEBRAE-SP atue junto às prefeituras no desenho e implementação de ações de formalização e de estruturação das organizações por meio da inserção dos atores como microempreendedores individuais (MEI's) ou trabalhadores autônomos, dentre outras possibilidades. O papel dos Agentes de Desenvolvimento assume relevância nesse contexto.
30. Em relação as compras governamentais, a região do Vale do Ribeira se destaca pelo maior uso do pregão em comparação as demais regiões do estado, mas há espaço para evolução, em especial devido ao índice de compras realizadas por meio de dispensa de licitação. A compra de alimentos destinados à educação aponta, no entanto, níveis mais elevados de dispensa de licitação, o que é negativo.
31. Políticas de diversidade de gênero, idade e de raça são questões importantes de serem consideradas, pois a pesquisa primária mostra que homens brancos na faixa de 35 a 45 predominam na gestão das políticas de inclusão produtiva, compras governamentais e associativismo e cooperativismo.
32. Ações de inclusão produtiva, seja considerando-se a opinião média dos municípios paulistas, seja baseando-se em dados secundários da região do Vale do Ribeira mostram que se tratam de políticas públicas amplamente utilizadas, mesmo que existam diferenças nos níveis de adoção das ações. Por outro lado, não é pequeno o número de cidades que não dispõem de estudos ou diagnósticos sobre os desafios dessa área nem é desprezível o contingente daqueles em que tais ações não figuram como políticas públicas. Dessa forma, há ainda espaço grande de atuação para o SEBRAE-SP no sentido de fomentar e qualificar a oferta dessas políticas em nível municipal.